PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Resolução do Conselho do Governo n.º 88/2013 de 29 de Julho de 2013

O Governo dos Açores pretende implementar uma nova estratégia de desenvolvimento, tendo em vista a dinamização de investimentos produtivos, que proporcionem melhores condições de competitividade empresarial, nomeadamente através da revitalização urbana.

Considerando que neste enquadramento, o programa do XI Governo dos Açores, com o objetivo de impulsionar o crescimento de micro e pequenas empresas, as quais são as principais responsáveis pela criação de emprego na Região, prevê várias medidas de incentivo à sua competitividade e inovação, assim como à crescente reabilitação dos centros urbanos.

Considerando o disposto na Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial em matéria de Reabilitação Urbana, nomeadamente a necessidade de imprimir uma nova dinâmica aos centros urbanos, através da promoção da requalificação urbana e revitalização do comércio de rua.

Considerando que para o efeito importa apoiar a instalação de novos estabelecimentos comerciais nos centros urbanos, requalificando os espaços devolutos do comércio tradicional.

Assim, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Conselho do Governo resolve:

1 - Aprovar o Programa de Apoio à Revitalização das Lojas nos Centros Urbanos – LOJA +, nos termos do regulamento anexo à presente Resolução e da qual faz parte integrante, que tem por objeto promover a requalificação e revitalização do comércio dos centros urbanos, tendo em vista a ocupação de espaços devolutos, mediante um apoio ao arrendamento do estabelecimento comercial e/ou à requalificação do espaço comercial.

2 - A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Ponta Delgada, em 23 de julho de 2013. - O Presidente do Governo Regional, *Vasco Ilídio Alves Cordeiro*.

ANEXO

Programa de Apoio à Revitalização das Lojas nos Centros Urbanos – LOJA +

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento estabelece o regime jurídico do Programa de Apoio à Revitalização das Lojas nos Centros Urbanos – LOJA +, adiante designado por Programa, que tem por objeto promover a requalificação e revitalização do comércio dos centros urbanos, tendo em vista a ocupação de espaços devolutos, mediante um apoio ao arrendamento do estabelecimento comercial e/ou à requalificação do espaço comercial.

Artigo 2.º

Âmbito

1 – São abrangidos pelo Programa os estabelecimentos comerciais localizados nos centros urbanos da Região, que se encontrem devolutos, há mais de 3 meses, à data da entrada em vigor do presente regulamento, e que exerçam atividades nos setores de comércio e serviços

constantes do Anexo I, incluídas nos grupos 471, 472 e 474 a 477 e nas subclasses 45320, 62010, 62020, 62030, 62090, 63110, 63120, 82300, 90010, 90020, 90030, 90040, 93130, 93293, 95230, 95240, 95250, 95290, 96040, 96091 e 96092 da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE-Rev. 3), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se centro urbano a área geográfica, da vila ou cidade, a delimitar pela Câmara Municipal territorialmente competente, podendo para o efeito proceder à audição da Câmara do Comércio da respetiva área de jurisdição.

3 – Os estabelecimentos comerciais a apoiar no âmbito do presente Programa deverão ser inovadores e respeitar um dos seguintes conceitos:

a) *Pop up stores* – estabelecimentos ideais para marcas que comercializam produtos sazonais ou coleções exclusivas;

b) *Lounge* – estabelecimentos reservados para produtos que exigem interatividade com o consumidor e forte presença da marca, em que a componente venda é secundária ou inexistente;

c) *Lab stores* – estabelecimentos pensados para marcas que precisam de algum tempo para testar a sua aceitação no mercado;

d) *Traditional Stores* – estabelecimentos que não disponham de livre serviço e que disponibilizem um atendimento de qualidade e personalizado.

4 – Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se estabelecimento comercial com carácter inovador aquele que se diferencie dos estabelecimentos comerciais já instalados no comércio tradicional e no mesmo centro urbano.

Artigo 3.º

Promotores

Podem beneficiar do Programa os empresários em nome individual, estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, sociedades comerciais e cooperativas.

Artigo 4.º

Condições de acesso dos promotores

Podem candidatar-se aos apoios previstos no Programa os promotores que satisfaçam, cumulativamente, as seguintes condições:

a) Estar legalmente constituído;

b) Cumprir as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade;

c) Possuir situação regularizada perante a administração fiscal e a segurança social ou estar abrangido por acordo de regularização da situação contributiva ou fiscal;

d) Dispor de contabilidade organizada, quando legalmente exigível;

e) Cumprir os critérios de micro e pequena empresa, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 143/2009, de 16 de junho.

Artigo 5.º

Condições de acesso dos projetos

Podem candidatar-se aos apoios previstos no Programa, os projetos que satisfaçam as seguintes condições:

- a) Apresentar um montante de investimento de valor inferior a €15.000,00 e igual ou superior a €1.000,00 no que respeita às despesas a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 6.º;
- b) Apresentar comprovativo da comunicação prévia, autorização ou licenciamento do projeto pela Câmara Municipal territorialmente competente, quando exigível nos termos da lei;
- c) Ter um prazo máximo de execução de seis meses, no que respeita à execução das obras de remodelação de espaços comerciais, contado a partir da data de concessão do apoio;
- d) Demonstrar que se encontram asseguradas as fontes de financiamento do projeto;
- e) Não ter sido iniciado em data anterior à entrega da candidatura, com exceção da elaboração de projetos de engenharia, arquitetura ou design de interiores, relacionados com a requalificação do espaço comercial.

Artigo 6.º

Despesas elegíveis

1 – São elegíveis as seguintes despesas:

- a) Projetos de arquitetura e/ou engenharia e/ou design de interiores com vista à requalificação do estabelecimento comercial, até o limite máximo de €2.500,00;
- b) Obras de remodelação das instalações;
- c) Arrendamento do estabelecimento comercial, até ao montante máximo mensal de €14,00 por m², com o limite de €700,00.

2 – Para apuramento do valor das despesas elegíveis relativas à alínea c) do número anterior, é considerado o período máximo de 12 meses, assim como a área útil do estabelecimento comercial.

3 – Não constituem despesas elegíveis os montantes respeitantes ao pagamento do IVA.

4 – Não são, ainda, elegíveis as despesas que não constem de fatura, a emitir nos termos definidos pela legislação em vigor.

5 - No caso das pop up stores não são elegíveis as despesas a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1.

Artigo 7.º

Natureza e montante do incentivo

O apoio financeiro a conceder reveste a forma de subsídio não reembolsável, e corresponde a:

- a) 60% das despesas elegíveis a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo anterior relativamente a estabelecimentos comerciais situados nas ilhas de São Miguel e Terceira, 65% se situados nas ilhas do Faial e do Pico e 70% para as ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo;
- b) 50% das despesas elegíveis a que se refere a alínea c) do n.º1 do artigo anterior relativamente a estabelecimentos comerciais situados nas ilhas de São Miguel e Terceira, 55%

se situados nas ilhas do Faial e do Pico e 60% para as ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo.

Artigo 8.º

Entidade Gestora

A entidade responsável pela gestão do Programa é a SDEA - Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER, adiante designada por entidade gestora.

Artigo 9.º

Competências da entidade gestora

1 – À entidade gestora compete:

- a) Receber e validar as candidaturas;
- b) Verificar o cumprimento das condições de acesso dos promotores;
- c) Apurar o montante do apoio a conceder;
- d) Elaborar proposta de decisão relativamente à concessão do apoio, no prazo máximo de 30 dias úteis a partir da data de apresentação da candidatura;
- e) Proceder à audiência prévia;
- f) Comunicar ao promotor a decisão relativa à candidatura;
- g) Reapreciar a candidatura, no prazo de 15 dias úteis, na eventualidade do promotor apresentar alegações em sede de audiência prévia;

2 – No decorrer da avaliação das candidaturas podem ser solicitados esclarecimentos complementares aos promotores, a prestar no prazo máximo de 10 dias úteis.

3 – A não prestação dos esclarecimentos mencionados no número anterior, dentro do prazo concedido para o efeito, significa a desistência da candidatura.

4 – Os prazos previstos no n.º 1 suspendem-se sempre que, nos termos do n.º 2, sejam solicitados esclarecimentos complementares ao promotor.

Artigo 10.º

Apresentação das candidaturas

1 – As candidaturas são apresentadas na entidade gestora ou nos Serviços de Ilha do departamento governamental competente em matéria de competitividade empresarial.

2 – O modelo de formulário de candidatura é o constante do Anexo II ao presente regulamento e pode ser obtido no portal do Governo Regional www.azores.gov.pt ou nos serviços mencionados no número anterior.

Artigo 11.º

Concessão do apoio

Os apoios financeiros são concedidos mediante despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de competitividade empresarial.

Artigo 12.º

Pagamento

1 - Os pagamentos são efetuados pelo departamento do Governo Regional com competência em matéria de competitividade empresarial, através de transferência bancária para conta titulada pelo promotor, a indicar no formulário de candidatura.

2 - Os pagamentos referentes à modalidade de apoio ao arrendamento são efetuados com carácter trimestral, a efetuar nos seguintes termos:

a) O primeiro pagamento deverá ser processado após publicação do despacho que atribuiu o apoio;

b) Os pagamentos subsequentes ficam dependentes da apresentação pelo promotor dos recibos, a emitir pelo senhorio, referentes aos 3 meses anteriores de arrendamento do espaço comercial.

c) Os pagamentos referentes às modalidades de apoio à elaboração de projetos e à realização de obras de remodelação de espaços comerciais são efetuados contra a receção pela entidade gestora das respetivas faturas, recibos e documentos comprovativos dos fluxos financeiros.

Artigo 13.º

Obrigações dos promotores

Os promotores ficam sujeitos às seguintes obrigações:

a) Publicitar, nos termos a definir pela entidade gestora, a atribuição do presente apoio, durante o período de um ano a contar da sua atribuição, na montra ou no interior do estabelecimento comercial, de forma explícita e visível aos clientes;

b) Cumprir as condições legais necessárias ao exercício da atividade;

c) Entregar, nos prazos estabelecidos, todos os elementos que lhe forem solicitados pela entidade gestora;

d) Manter a contabilidade organizada, quando exigível;

e) Manter, devidamente organizados, todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e declarações prestadas no âmbito da candidatura, bem como todos os documentos comprovativos da realização e do pagamento das despesas.

f) Manter o estabelecimento comercial aberto ao público pelo prazo mínimo de 18 meses a contar da atribuição do apoio, com exceção das pop up stores, para as quais será exigido um prazo mínimo de 3 meses, podendo a entidade gestora autorizar a cedência a título gratuito ou oneroso, temporário ou definitivo, do estabelecimento comercial.

Artigo 14.º

Fiscalização

A fiscalização do cumprimento do regime estabelecido no presente regulamento compete à entidade gestora.

Artigo 15.º

Cessação do apoio financeiro

1 - A prestação culposa de falsas declarações nas candidaturas determina, sem prejuízo de comunicação às autoridades competentes para instauração do processo criminal:

- a) Na fase de instrução, a exclusão das mesmas;
- b) Na fase compreendida entre a decisão e a concretização do subsídio, a extinção do direito ao mesmo;
- c) Após o pagamento do subsídio, o reembolso do mesmo.

2 – O não cumprimento, por facto imputável ao promotor, das obrigações previstas no artigo 13.º, determina o reembolso do subsídio recebido.

3 - Quando haja lugar à cessação do apoio financeiro por prestação de falsas declarações, os beneficiários faltosos ficam impedidos de se candidatar ao presente apoio durante o período de três anos.

Artigo 16.º

Delimitação de centros urbanos

A delimitação dos centros urbanos prevista no n.º 2 do artigo 2.º deverá ser realizada no prazo de 30 dias a contar da entrada em vigor do presente regulamento e comunicada à entidade gestora no prazo de 10 de dias após a citada delimitação.

Anexo I

**Classificação Portuguesa Das Atividades Económicas - Rev. 3 - Decreto-Lei N.º
381/2007, De 14 De Novembro**

Subclasse	Designação INE
45320	Comércio a retalho de peças e acessórios para veículos automóveis
47111	Comércio a retalho em supermercados e hipermercados
47112	Comércio a retalho em outros estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco
47191	Comércio a retalho não especializado, sem predominância de produtos alimentares, bebidas e tabaco, em grandes armazéns e similares
47192	Comércio a retalho em outros estabelecimentos não especializados, sem predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco
47210	Comércio a retalho de frutas e produtos hortícolas, em estabelecimentos especializados
47220	Comércio a retalho de carne e produtos à base de carne, em estabelecimentos especializados
47230	Comércio a retalho de peixe, crustáceos e moluscos, em estabelecimentos especializados
47240	Comércio a retalho de pão, de produtos de pastelaria e de confeitaria, em estabelecimentos especializados
47250	Comércio a retalho de bebidas, em estabelecimentos especializados
47260	Comércio a retalho de tabaco, em estabelecimentos especializados
47291	Comércio a retalho de leite e de derivados, em estabelecimentos especializados
47292	Comércio a retalho de produtos alimentares, naturais e dietéticos, em estabelecimentos especializados
47293	Outro comércio a retalho de produtos alimentares, em estabelecimentos especializados, n.e.
47410	Comércio a retalho de computadores, unidades periféricas e programas informáticos, em estabelecimentos especializados
47420	Comércio a retalho de equipamento de telecomunicações, em estabelecimentos especializados
47430	Comércio a retalho de equipamento audiovisual, em estabelecimentos especializados
47510	Comércio a retalho de têxteis, em estabelecimentos especializados
47521	Comércio a retalho de ferragens e de vidro plano, em estabelecimentos especializados
47522	Comércio a retalho de tintas, vernizes e produtos similares, em estabelecimentos especializados
47523	Comércio a retalho de material de bricolage, equipamento sanitário, ladrilhos e materiais similares, em estabelecimentos especializados
47530	Comércio a retalho de carpetes, tapetes, cortinados e revestimentos para paredes e pavimentos, em estabelecimentos especializados

47540	Comércio a retalho de eletrodomésticos, em estabelecimentos especializados
47591	Comércio a retalho de mobiliário e artigos de iluminação, em estabelecimentos especializados
47592	Comércio a retalho de louças, cutelaria e de outros artigos similares para uso doméstico, em estabelecimentos especializados
47593	Comércio a retalho de outros artigos para o lar, n.e., em estabelecimentos especializados
47610	Comércio a retalho de livros, em estabelecimentos especializados
47620	Comércio a retalho de jornais, revistas e artigos de papelaria, em estabelecimentos especializados
47630	Comércio a retalho de discos, CD, DVD, cassetes e similares, em estabelecimentos especializados
47640	Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados
47650	Comércio a retalho de jogos e brinquedos, em estabelecimentos especializados
47711	Comércio a retalho de vestuário para adultos, em estabelecimentos especializados
47712	Comércio a retalho de vestuário para bebés e crianças, em estabelecimentos especializados
47721	Comércio a retalho de calçado, em estabelecimentos especializados
47722	Comércio a retalho de marroquinaria e artigos de viagem, em estabelecimentos especializados
47730	Comércio a retalho de produtos farmacêuticos, em estabelecimentos especializados

47740	Comércio a retalho de produtos médicos e ortopédicos, em estabelecimentos especializados
47750	Comércio a retalho de produtos cosméticos e de higiene, em estabelecimentos especializados
47761	Comércio a retalho de flores, plantas, sementes e fertilizantes, em estabelecimentos especializados
47762	Comércio a retalho de animais de companhia e respetivos alimentos, em estabelecimentos especializados
47770	Comércio a retalho de relógios e de artigos de ourivesaria e joalheria, em estabelecimentos especializados
47781	Comércio a retalho de máquinas e de outro material de escritório, em estabelecimentos especializados
47782	Comércio a retalho de material ótico, fotográfico, cinematográfico e de instrumentos de precisão, em estabelecimentos especializados
47783	Comércio a retalho de combustíveis para uso doméstico, em estabelecimentos especializados
47784	Comércio a retalho de outros produtos novos, em estabelecimentos especializados, n.e.
47790	Comércio a retalho de artigos em segunda mão, em estabelecimentos especializados
62010	Atividades de programação informática
62020	Atividades de consultoria em informática
62030	Gestão e exploração de equipamento informático

62090	Outras atividades relacionadas com as tecnologias da informação e informática
63110	Atividades de processamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas
63120	Portais web
82300	Organização de feiras, congressos e outros eventos similares
90010	Atividades das artes do espetáculo
90020	Atividades de apoio às artes do espetáculo
90030	Criação artística e literária
90040	Exploração de salas de espetáculos e atividades conexas
93130	Atividades de ginásio (fitness)
93293	Organização de atividades de animação turística
95230	Reparação de calçado e de artigos de couro
95240	Reparação de mobiliário e similares, de uso doméstico
95250	Reparação de relógios e de artigos de joalheria
95290	Reparação de outros bens de uso pessoal e doméstico
96040	Atividades de bem-estar físico
96091	Atividades de tatuagem e similares
96092	Atividades dos serviços para animais de companhia

ANEXO II

FORMULÁRIO DE CANDIDATURA PROGRAMA LOJA +	
<p>IDENTIFICAÇÃO DO PROMOTOR</p> <p>Denominação da firma _____</p> <p>Endereço _____</p> <p>Localidade _____ Código Postal _____</p> <p>Freguesia _____ Concelho _____ Ilha _____</p> <p>Correio eletrónico _____ Telefone: _____ Fax: _____</p> <p>Página Web _____ CAE _____</p> <p>Nº Contribuinte _____ NIB _____</p> <p>Vem solicitar a concessão de apoio financeiro ao abrigo da Resolução do Conselho de Governo n.º ... /2013, de ... de ... , anexando a documentação abaixo indicada.</p>	

ESTABELECEMENTOS

Endereço _____

Localidade _____ Código Postal _____ Freguesia _____

Concelho _____ Ilha _____ CAE _____

Endereço _____

Localidade _____ Código Postal _____ Freguesia _____

Concelho _____ Ilha _____ CAE _____

Endereço _____

Localidade _____ Código Postal _____ Freguesia _____

Concelho _____ Ilha _____ CAE _____

DOCUMENTAÇÃO A APRESENTAR NA CANDIDATURA

- Documento comprovativo de que a sua situação está regularizada relativamente a contribuições para a segurança social e a impostos devidos em Portugal ou autorização para consulta on-line nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, e para os efeitos previstos no artigo 3.º ou comprovativo de que se encontra abrangido por acordo de regularização em vigor relativo à situação contributiva e/ou fiscal, a emitir pelos serviços de segurança social e/ou de finanças, respetivamente;
- Documento de certificação eletrónica de micro e pequena empresa;
- Cópia da declaração de início/alteração da atividade.

- Contrato de Arrendamento e comprovativo da respetiva selagem no serviço de finanças territorialmente competente, quando aplicável;
- Memória descritiva e orçamento discriminado, incluindo medições e quantidades, referentes às obras de requalificação do espaço comercial a realizar, quando aplicável;
- Orçamentos dos projetos;
- Planta do espaço comercial, com indicação das respetivas áreas.
- Documentos complementares, quando exigível;

Declaro, sob compromisso de honra, cumprir todas as condições de acesso ao presente programa de apoio.

Data / /

Assinatura: _____